PAUTA
Reunião
de CREP
27/10/2026

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião do Conselho de Representantes
CREP do SINESP - 27/10/2026

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br

sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra com Zé Dirceu - Direitos e Democracia: A Força da Mobilização Pós-Eleitoral

José Dirceu de Oliveira é Advogado e militante político. Deputado estadual por São Paulo de 1987 a 1991, deputado federal por São Paulo três vezes entre 1991 a 2005 e ministro-chefe da Casa Civil durante o primeiro Governo Lula, em 2003. Presidente do Partido dos Trabalhadores por 4 mandatos.

B. Conjuntura: a força da mobilização por direitos e democracia

O segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, encerrado no domingo, certamente será tema de debate entre acadêmicos e especialistas pelos diversos componentes que envolveram. Mas uma questão pode ser apontada desde já: a inédita virada eleitoral que resultou na reeleição do presidente Lula e impediu a volta da família Bolsonaro ao poder.

A conquista veio com a força das ruas e das redes sociais, começando com manifestações estudantis e irradiando-se para todos os segmentos da sociedade. Feito notório, pela primeira vez desde 2018, o campo progressista assumiu o controle das narrativas e recuperou a iniciativa política com um trabalho coordenado de redes, através do Canal Exército de Lula, pautando o debate eleitoral.

A soma de esforços e iniciativas liberou uma energia cívica que mobilizou milhões de brasileiros e brasileiras a tomarem as ruas e produziu o feito de reduzir a abstenção eleitoral de 21,08% para 19,20%, ampliando o contingente de votantes. Por outro lado, a campanha para votar conseguiu, de fato, converter indecisos e eleitores que optaram por votar em branco ou nulo no 1° turno.

Resultado: 11 milhões a mais de votos para Lula, que se elege pela quarta vez com 64 milhões de votos (51,79%), mais de 4 milhões de sufrágios. Importante ressaltar a enorme contribuição da cidade de São Paulo, onde Lula venceu por 55,5%, onze pontos a mais que o adversário, margem de 770 mil votos de frente.

A eleição mudou quando se pode efetivamente confrontar os projetos de Nação. De um lado, o compromisso com a ampliação de direitos para os trabalhadores e os mais pobres, o fim da escala 6 X 1, o reajuste ao Bolsa Família, ampliação do teto para as MEIs e fortalecimento dos serviços públicos. Do outro, o "tesouraço" neoliberal, o corte de programas sociais, o desmonte do serviço público e a subserviência aos desígnios dos EUA e do governo Trump.

A vitória de Lula foi também à derrota do imperialista Donald Trump e das chamadas big techs, grandes empresas de tecnologia dos EUA que interferiram abertamente para prejudicar o Brasil no processo eleitoral. Com isso, o Brasil dá exemplo e freia o avanço da extrema-direita no continente e no mundo.

A população também mostrou a Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes, da extrema-direita, o crescimento de votos no campo progressista em todo o estado, principalmente na capital. O povo de São Paulo não aceitará passivamente que o autoritarismo se instale por aqui. Haverá resistência contra o corte de direitos, as privatizações criminosas de empresas e serviços públicos, o desmonte da educação e da saúde, entre outros retrocessos impostos por seus governos.

O desafio agora será governar diante de um Congresso hostil, de maioria conservadora e com uma robusta oposição da extrema direita. Em compensação, terá a seu favor o respaldo da força que emergiu das manifestações populares multitudinárias que contagiaram o país.

Para manter essa energia mobilizada, o governo terá que ouvir e falar com o povo, mobilizando as pessoas pela aprovação de projetos de interesse

da maioria. Terá que rever métodos e buscar a conexão com mundo contemporâneo e os novos anseios da população, que quer trabalho digno, salário decente, empreender e possibilidade de ter acesso à saúde, educação, cultura e lazer.

A agenda reacionária foi derrotada pela resistência épica do povo brasileiro que tomou a campanha e as rédeas da história para si. Construir as mudanças que o Brasil precisa exigirá coragem para enfrentar as amarras do sistema financeiro, que drena 1 trilhão do orçamento público para os bancos e agiotas da dívida pública com o pagamento de juros abusivos.

O Brasil decidiu reescrever sua história no memorável 25 de outubro de 2026.

Quem educa e quem trabalha sabe: a nossa maior força está no abraço coletivo e na disposição de nunca recuar.

C. Falhas operacionais e falta de cronograma na aplicação da PROVA SÃO PAULO comprometem a organização das UEs!

O SINESP recebeu relatos de filiados apontando inconsistências na aplicação terceirizada da Prova São Paulo , comprometendo o trabalho nas escolas, o planejamento das equipes escolares, dos estudantes e de suas famílias.

Entre as ocorrências identificadas na rede estão:

➔Recebimento parcial de materiais e falta de cadernos de avaliação em unidades escolares.

➔Ausência de atas e listas de presença, além de inconformidades na estrutura das questões.

➔Falhas no processamento dos questionários socioeconômicos, demandando reenvio e nova coleta de dados.

➔ Informações desencontradas sobre cancelamentos e possíveis remarcações para os dias 26/10 ou 27/10, gerando incertezas na comunidade.

A simples remarcação não repara os prejuízos já provocados nem garante que os mesmos estudantes possam comparecer na nova data. Por isso, a reorganização precisa ser acompanhada de suporte da SME e de orientações corretas às escolas e às famílias.

SINESP cobra a SME: Diante das divergências de informações que circularam na rede devido à desorganização da SME, e dos problemas gerados por ela, o SINESP exige que a Secretaria Municipal de Educação confirme e comunique as datas definitivas de aplicação para cada unidade escolar e respeite o trabalho e a dedicação dos profissionais. Cobra também que a SME apure as falhas atribuídas à Fundação Getúlio Vargas (FGV), a capacidade operacional mobilizada e a atuação da fiscalização.

Falhas externas não podem reduzir o PDE: O Anexo I do Decreto nº 65.474/2026 estabelece, nos itens 2.2.1 e 2.2.3, que o objetivo relativo à Prova São Paulo corresponde a 12,5% da base anual do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE).

O texto também prevê o zeramento desse objetivo quando não é alcançada a participação mínima de 80% dos estudantes nas respectivas avaliações, para todas as turmas.

Falhas de fornecimento e alterações de calendário que não são responsabilidade das equipes escolares não podem resultar em redução do prêmio nem na responsabilização dos profissionais. A Administração deve assegurar a entrega e a qualidade dos materiais, sem transferir às escolas os encargos decorrentes de falhas contratuais.

D. Protocolo de negociação da campanha salarial

O SINESP acompanha o cumprimento dos compromissos assumidos pela PMSP com o Sindicato e com as entidades que integram a COEDUC. As cobranças atuais são feitas, principalmente, em relação às medidas previstas para este segundo semestre.

Entre os compromissos em acompanhamento direto estão:

➔ O adiantamento do segundo reajuste de novembro de 1,48% está em análise na Secretaria da Fazenda;

➔Reunião sobre mesa permanente de negociação e valorização dos profissionais de educação será agendada

para dezembro (nesta reunião serão tratados também dos benefícios atrelados ao salário dos profissionais, GDA, GLT, verba de locomoção, auxílio refeição e auxilio alimentação);

➔O concurso para Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II está em fase de estudo e verificação de empresa que será habilitada para desenvolver o concurso. O concurso de acesso aos cargos de gestão educacional permanece em análise na Junta Orçamentaria e Financeira;

➔ Ressignificação das atividades e dos profissionais de educação em readaptação funcional: o tema segue em discussão;

➔Tecnologia: a aquisição de novos notebooks e desktops SME está em processo de licitação. As unidades educacionais terão reposição dos kits multimidias das salas digitais e as unidades novas e municipalizadas estarão incluídas neste processo;

➔ Ações de climatização: SME está providenciando a compra de ar condicionado para as unidades educacionais;

➔Formações sobre TEA para gestores, docentes e profissionais do quadro de apoio;

➔Discussões da Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, com ênfase no atendimento aos estudantes com transtorno do espectro autista (TEA).

➔Construção de Protocolo de proteção e acolhimento em casos de violência nas UEs ;

As discussões com a SME se dão, também, em torno das medidas para melhorar a infraestrutura das unidades e a modernização do Sistema de Gestão Pedagógica, cujo prazo acordado para conclusão é 16 de novembro de 2026.

O SINESP também cobra reunião com a Secretaria de Gestão para tratar de itens do protocolo como:

➔Valorização e recomposição da remuneração;

➔Vale-alimentação e auxílio-refeição;

➔Bem-estar ocupacional e prevenção de doenças do trabalho;

➔ Cumprimento do protocolo firmado junto ao GT de saúde mental dos servidores;

➔Módulo de profissionais readaptados;

➔Módulos, dimensionamento e gestão de pessoal;

➔Equipamentos, obras e reformas;

➔ Movimentação de vagas na Educação Infantil;

➔Atendimento médico e medicação nas escolas.

E. INs da SME aprofundam caminho para a privatização da Educação

A Secretaria Municipal de Educação tem publicado uma sequência de Instruções Normativas que ampliam o alcance da Lei 18.221/24. Em conjunto, seus efeitos vão no sentido de criar condições para ampliar a terceirização na Rede Municipal de Ensino, abrindo caminho para a privatização de serviços e responsabilidades que devem permanecer sob gestão pública estatal.

Os desdobramentos atingem a gestão democrática e os direitos dos profissionais da educação e refletem em prejuízos ao concurso público e à carreira do magistério.

Ao afastamento de diretores em 2025, somam-se medidas que retiram de professores readaptados - muitos em tratamento de saúde - o direito à JEIF, e as que representam medidas intervencionistas nas EMEFs, como o contido na minuta do CEAIP, com cobrança de metas padronizadas sem considerar os percursos pedagógicos e as necessidades das comunidades escolares.

Outro exemplo desse processo é a disponibilização da **plataforma digital privada MATIFIC**, voltada ao ensino de Matemática do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, por meio de parceria com o Governo do Estado.

Embora a cessão das licenças seja apresentada como não onerosa, a iniciativa amplia a presença de empresas privadas no cotidiano das escolas públicas e levanta preocupações sobre a utilização de dados de estudantes e profissionais, a sobrecarga de trabalho e a autonomia docente.

O uso dessas ferramentas não pode subordinar o planejamento pedagógico à lógica dos softwares, à coleta de indicadores e ao ranqueamento de resultados, nem substituir as interações humanas fundamentais ao processo educativo.

o SINESP reivindica a garantia formal de que o uso da MATIFIC

seja estritamente facultativo e complementar, respeitando o planejamento e a autonomia dos profissionais da educação

Também preocupa a **Política Paulistana de Alfabetização**, prevista no PL nº 776/2026 e relacionada às diretrizes da Portaria SME nº 9.557/2026, que incluem a Educação Infantil entre as etapas abrangidas pela política.

A previsão de sondagens, avaliações e monitoramento das práticas pedagógicas, sem delimitação explícita para essa etapa, pode abrir caminho para a antecipação da alfabetização formal, a padronização das atividades e a imposição de metas que desconsiderem as especificidades da infância.

Esse modelo ameaça reduzir a autonomia pedagógica dos profissionais e das unidades educacionais, subordinando o trabalho educativo a procedimentos uniformes de acompanhamento e cobrança de resultados. Na Educação Infantil, isso pode significar a transformação de uma etapa baseada nas brincadeiras, nas interações e nas múltiplas linguagens em preparação para o Ensino Fundamental.

Essas medidas, somadas às demais Instruções Normativas, integram um projeto conduzido pelo prefeito, alinhado à agenda de privatização da educação pública do governador, já bastante adiantada nas escolas estaduais.

A educação pública não pode ser submetida à lógica da terceirização, da competição e de metas que ignoram o cotidiano das escolas. Defender a autonomia das unidades, a gestão democrática e os direitos dos profissionais é defender uma educação pública de qualidade, construída com participação e compromisso com os estudantes e suas comunidades.

O SINESP analisa cada normativa publicada e as medidas a serem tomadas, aciona as instâncias cabíveis, inclusive a Justiça, e chama todos à luta coletiva em defesa da escola pública, da gestão democrática e dos direitos de quem a constrói todos os dias.

F. Julgamento do afastamento dos 25 Diretores no STJ

Em maio de 2025, a Prefeitura de São Paulo afastou 25 diretores de escola de suas unidades de atuação e os convocou para participar do programa de formação Aprimorando Saberes, sob a justificativa de que as escolas sob sua gestão não haviam alcançado resultados satisfatórios de aprendizagem nas avaliações externas, como o Ideb e o Idep.

A PMSP alegou ter utilizado critérios técnicos, considerando os resultados dessas avaliações e o tempo mínimo de quatro anos de atuação dos gestores nas unidades selecionadas. Na prática, os diretores foram retirados de suas escolas para participar de uma formação compulsória, medida contestada pelo SINESP por seu caráter autoritário, pela falta de critérios individualizados e transparentes e pelo desrespeito às particularidades de cada comunidade escolar.

O SINESP reafirma seu compromisso com os 25 diretores afastados e mantém a luta nas esferas política e jurídica para reverter essa situação. A Ação Civil Pública movida pelo Sindicato está na fase de julgamento do recurso de apelação em segunda instância, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

A sessão virtual está prevista para ocorrer entre 27 de outubro e 5 de novembro de 2026. Como parte da atuação jurídica, em 20 de outubro, o Jurídico do SINESP protocolou memoriais com os principais argumentos do caso e realizou reuniões com a desembargadora relatora e com os desembargadores integrantes do grupo responsável pelo julgamento.

A atuação do SINESP demonstra que o Sindicato não recua diante de medidas que atingem os direitos da categoria e comprometem a gestão democrática da Educação Pública.

O acompanhamento do processo e a mobilização em defesa dos profissionais seguem como prioridades, com o objetivo de reverter os afastamentos e assegurar o respeito à carreira e ao concurso público.

O SINESP acompanha o julgamento e informará todos sobre os desdobramentos da ação, reafirmando que a defesa desses profissionais é parte de uma luta ampla pela valorização dos gestores educacionais e pela qualidade da Educação Pública municipal.

G. SINESP cobra medidas efetivas para proteger a saúde dos profissionais da educação

Em outubro de 2025, o Sindicato apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho acompanhada de 20 documentos denunciando o agravamento do adoecimento dos profissionais da Rede Municipal de Ensino. Em 4 de maio de 2026 o MPT instaurou o Inquérito Civil 006605.2026.02.000/8.

Em 21 de agosto de 2026, o MPT considerou "manifestamente insuficiente" a resposta da Prefeitura e exigiu a apresentação de um plano de prevenção ao adoecimento e ao assédio moral, dados sobre licenças médicas por doenças mentais e dores no corpo, discriminados por região da cidade, e um calendário de contratação de profissionais.

O SINESP aponta lacunas nas informações apresentadas pela Prefeitura:

➔a relação de contratos de limpeza e higiene não comprova que os materiais chegam às escolas;

➔a política de inclusão não informa quantos estudantes aguardam laudo nem se o apoio necessário está presente nas unidades;

➔os protocolos sobre violência não vieram acompanhados de dados de ocorrências em 2026.

Embora tenham sido autorizadas 3 mil e 1,5 mil vagas em concursos em 21 de julho, o Sindicato pede que o MPT acompanhe a execução e a revisão do número de profissionais por escola. Também cobra o cumprimento e a fiscalização dos compromissos assumidos com os Sindicatos na Campanha Salarial, entre eles o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental.

A própria área municipal responsável pela convivência escolar reconheceu que suas ações não constituem um plano específico de prevenção aos riscos psicossociais.

Os dados dimensionam a gravidade do cenário. Segundo a própria Prefeitura, em 2025 foram registradas 40.762 licenças por doenças mentais e 29.765 por dores no corpo — mais de 70 mil no total. Em 2024, foram 39.706 e 27.319, respectivamente, e as licenças por dores no corpo cresceram cerca de 9%.

Na última pesquisa para o Retrato da Rede, realizada pelo SINESP e pelo DIEESE, que ouviu 1.396 gestores, a saúde recebeu nota 0,20 numa escala de 0 a 1. Dos participantes da pesquisa, 84,5% disseram ter de trabalhar doentes com frequência. Apontaram também que 72,6% das unidades têm quadros incompletos, com falta crítica de docentes em módulo sem regência (83,7%) e quadro de apoio/ATEs (57,8%). Pesquisa da USP indica ainda que mais de 60% dos profissionais já se afastaram por doença e mais de 80% enfrentaram problemas de saúde mental.

Diante desse quadro, o SINESP solicita ao MPT um plano com metas e prazos que inclua os riscos à saúde mental no programa de segurança do trabalho da Prefeitura; a fiscalização do grupo de trabalho e dos demais compromissos assumidos; o acompanhamento dos concursos e a revisão do número de profissionais por escola; e a apresentação de dados sobre violência nas unidades, perícias médicas e readaptações.

Caso a Prefeitura não cumpra as medidas, o Sindicato pede que sejam adotadas providências como a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou o ajuizamento de ação, com indenização coletiva.

H. AÇÕES JUDICIAIS

Edital de precatório: SINESP aguarda publicação da Prefeitura

Ao longo de 2026, centenas de filiados e filiadas ao SINESP receberam valores prioritários do precatório referente à ação dos 81%. Têm direito à prioridade pessoas com 60 anos ou mais e aquelas com doenças graves previstas na legislação.

Ainda há filiados aguardando o pagamento. Conforme recebe as listagens do Tribunal de Contas, o SINESP entra em contato com os beneficiários para confirmar os dados bancários necessários ao depósito.

Até o momento, a Prefeitura não publicou o edital de negociação de precatórios de 2026, que permite a realização de acordos entre o Município e os credores.

Assim que o edital for publicado, o SINESP enviará correspondência aos filiados com orientações sobre as condições de negociação e os procedimentos para manifestação.

Ação quadrimestral – SINESP orienta os filiados

O SINESP dará continuidade ao ajuizamento dos cumprimentos individuais de sentença da ação quadrimestral, referente às diferenças de reajustes previstas nas Leis Municipais nº 11.722/1995 e nº 12.397/1997, para quem trabalhava na Prefeitura de São Paulo entre março de 1995 e junho de 1998.

Em decisão de março de 2026, a Justiça determinou que o direito seja reivindicado individualmente, por meio de cumprimentos de sentença vinculados ao processo nº 0415960-06.1999.8.26.0053.

Índices abrangidos:

•9,51% – março a junho de 1995;
•7,55% – julho a outubro de 1995;
•1,18% – novembro de 1997 a fevereiro de 1998;
•1,10% – março a junho de 1998.

Documentação necessária e encaminhamentos

Os filiados deverão apresentar holerite atualizado e holerites dos períodos abrangidos. A documentação será analisada para verificar se as diferenças já foram pagas ou incorporadas à remuneração e, havendo valores devidos, subsidiar os cálculos.

Após a análise, o jurídico do SINESP dará prosseguimento aos cumprimentos individuais perante a Justiça.

O SINESP orienta os filiados que se enquadram no período a reunir a documentação necessária para análise.

Abono de permanência: SINESP prepara ação coletiva para garantir reflexos nas demais verbas

O SINESP está preparando uma ação coletiva para garantir que o Abono de Permanência seja incluído no cálculo do 13º salário, do terço de férias, dos quinquênios e da sexta-parte dos servidores municipais.
A iniciativa tem como fundamento a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tema 1.233, que reconheceu a natureza remuneratória do benefício. A ação contemplará filiados que recebem atualmente o Abono de Permanência e aqueles que o receberam durante a atividade e posteriormente se aposentaram. Em caso de decisão favorável, os valores devidos serão apurados individualmente. A iniciativa reforça a atuação do SINESP na defesa dos direitos dos servidores e na busca pelo reconhecimento integral dos efeitos financeiros de suas vantagens remuneratórias.

I. Relatos dos Conselheiros

Fique informado e participe das lutas!

Acompanhe o Site e as Redes sociais do SINESP

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Siga o Canal do SINESP

No WhasApp

RECEBA ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP utiliza seu canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP.

Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g